

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 82175

Temática: Política

Dimensão: 1678 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 10



Entrevista Líder do PS lança hoje programa eleitoral “para todos”: em conversa com o Expresso, promete aumentos “significativos” para técnicos superiores do Estado e investir no SNS. Deixa cair medidas de liberalização do mercado de trabalho de Centeno, de 2015. Diz-se aberto a proteger mais delatores e reforçar meios contra corrupção. Palavra de ordem é “desarmadilhar” polémicas, incluindo a regionalização

António Costa Regionalização só deve avançar com aval de Marcelo

DAVID DINIS

António Costa recebeu o Expresso depois do Conselho de Ministros de quinta-feira. O programa eleitoral do PS para a próxima legislatura deu uma conversa de 54 minutos, mas faltou uma pergunta, que ainda seguiu por SMS: “O programa do PS será de esquerda ou de centro?”. A resposta chegou assim: “Para todas e todos os portugueses”.

No arranque do processo de elaboração do programa do PS, que começa hoje e termina a 20 de julho, António Costa mostra uma estratégia definida. Já há lema, de pura continuidade: “Fazer ainda mais e melhor”. Já há olho no futuro: prioridade ao combate a desigualdades, alterações climáticas, à sociedade digital e ao desafio demográfico, cada uma merecendo um painel semanal de discussão pública. E também uma tática: desarmadilhar problemas na campanha.

A regionalização é um dos temas polémicos à vista: há um ano, Costa acertou com Rui Rio que uma comissão independente iria em julho se o tempo de avançar ou não com o processo que foi chumbado em referendo há 20 anos. Agora, Costa sublinha que há outra voz que é preciso ouvir.

“É sabido que o PS sempre foi a favor da regionalização. Mas depois há que fazer uma avaliação sobre a oportunidade política da introdução do tema, sabendo-se que o atual Presidente da República (PR) foi o campeão do combate à regionalização”, então como líder do PSD. “A pior coisa que podia acontecer para quem defende a regionalização”, diz o líder socialista, “era precipitarmos numa confrontação com o PR, com um risco de comprometer por mais 20 anos” o processo. É um aval que Costa quer de Marcelo. “Admito que o próprio Presidente possa ter evoluído na sua reflexão ao longo dos últimos anos”, diz ao Expresso. E é também um passa-problema para Rui Rio: “Muita gente o fez”, acrescenta. “O dr. Rui Rio há 20 anos foi um vice-campeão no combate à regionalização e hoje é um dos grandes defensores da regionalização”. Assim, a ordem para dentro do PS é ter “bastante humildade” e “ter em conta” aquilo que pode ser no contexto político que temos.”

SEGURAR QUADROS NO ESTADO

O contexto que o país terá é desconhecido, mas o PS insiste que para “fazer ainda mais e melhor”, como diz o seu lema, é preciso manter “contas certas”. E assim é preciso “rebalançar” as prioridades dos orçamentos. Não, o líder socialista não exclui à partida novos aumentos de pensões, por exemplo. E até assegura que é possível voltar “à normalidade de haver atualização anual dos vencimentos” na função pública. Mas “rebalançar” é dar uma prioridade nova “ao que



Regionalização
A Assembleia ou o Governo propõem, mas é o PR quem decide se o referendo é convocado. Cabe-lhe certificar-se que estão reunidas as condições previstas na Constituição. Em 1998, Marcelo fez campanha contra as regiões, mas justificou o “não” com o mapa em concreto.

faz diferença na qualidade”, segundo Costa, isso obriga, a partir de 2020, a “preencher as inúmeras lacunas de contratação de pessoal na Administração Pública (AP)” e também a “rever significativamente os níveis remuneratórios dos seus técnicos superiores”. António Costa explica assim a mudança: “Iniciamos esse processo com a criação dos Centros de Competências (primeiro na área jurídica, estamos a criar na área informática). Os técnicos superiores têm de ter fatores de diferenciação salarial significativa, sob pena de o Estado deixar de ser competitivo na contratação de quadros qualificados para a AP”.

Isto não significa falta de dinheiro para outras coisas, como para inves-

Atualização de vencimentos
Em 2019, pela primeira vez desde 2009, houve lugar a aumentos para a função pública. Mas como só havia 50 milhões disponíveis, o Governo distribuiu-os apenas pelos trabalhadores com vencimentos mais baixos.

Mecanismo conciliatório
Era uma ideia de Centeno antes de ser ministro, que permitia mais flexibilidade para despedir, mas com maiores indemnizações para os trabalhadores. O chamado “modelo alemão” não avançou por causa dos acordos com BE e PCP.

para trás e transformar este desafio em oportunidade e não em dificuldade”, diz Costa, citando (nem de propósito) “o eng. Guterres”. Assim como na maneira de encarar as alterações climáticas, alertando para a necessidade de mudarmos “hábitos quotidianos”, mas acrescentando que é preciso medir “o impacto que terá sobre a nossa economia”. Por exemplo, na Autoeuropa: “O novo paradigma de mobilidade vai conduzir à escala global a uma menor produção de automóveis, vai requerer menos peças e menor manutenção, e o impacto económico não deve ser desvalorizado”. Soluções sem dor não há, admite Costa, mas portagens à entrada

das cidades podem não ser “eficientes” e proibir já carros a gasolina ou gasóleo é tema para depois avaliar. Fechado está, isso sim, que o plano de Mário Centeno, de 2015, para flexibilizar o mercado de trabalho já não é preciso. Ou seja, o mecanismo conciliatório para despedimento já não é necessário: “A realidade do mercado de trabalho é muito diferente daquela de há quatro anos”, com a enorme desilusão do desemprego. O importante agora é que Assembleia ainda aprove “as medidas para combater a precariedade”. Se não, ficam para a campanha.

COMBATE À CORRUPÇÃO REFORÇADO

Na campanha, entrará outro tema inevitável: o do combate à corrupção. Aqui, Costa promete o que não fez nestes quatro anos: “Reforçar os instrumentos de combate à corrupção e os meios afetos à investigação”. E também abre a porta ao que só agora a ministra da Justiça admitiu como possível: um reajuste na lei para dar maior proteção a delatores. “Dentro do quadro constitucional, deve haver total abertura para encontrar os mecanismos mais eficazes para reforçar esse combate”, admite António Costa.

Nas ideias fechadas para a próxima legislatura, não há lugar para disrupções. A reforma do sistema eleitoral é para manter no programa, mas sem confrontamentos. “Tenho pouca fé que resulte numa solução” que não seja vista pelos pequenos partidos como forma de mudar “na secretária” os resultados eleitorais. A defesa da

Proteção a delatores
A ministra da Justiça admitiu que a proteção a delatores tem fragilidades mas era “uma possibilidade”. Foi a primeira porta aberta a uma revisão do estatuto. A questão estará na agenda da AR na próxima legislatura, por imposição de uma diretiva de Bruxelas.

tir forte e prioritariamente no SNS: “Também para podermos viver mais anos com mais qualidade de vida”. Ou para novos apoios sociais que reduzam as desigualdades: “Devemos e podemos avançar para novas medidas, temos de ver quais”. Ou para voltar a aumentar outra vez o salário mínimo, como pede Jerónimo de Sousa, fixando objetivos a quatro anos: “É útil para todos esse quadro de previsibilidade, mas é prematuro dizer quanto”.

O que Costa quer é sinalizar um sentido de prudência porque, diz, “é preciso ter a noção de que temos de aumentar significativamente a riqueza produzida de forma a sustentar novos crescimentos significativos dos níveis de rendimento”.

Portanto, se o programa do PS pisca o olho à esquerda, também o pisca à direita. “O potencial de crescimento do país está muito abaixo do que precisa”, admite Costa. “A chave”, explica, está no “reforço das qualificações, na criação de instrumentos financeiros de incentivo à modernização tecnológica e à melhoria das infraestruturas para a internacionalização”.

Para já, não há mais medidas para o sector privado (ou para os seus defen-

sores), a não ser a garantia de que o caminho das reversões está — aparentemente — terminado. A concessão dos CTT é para “avaliar” em 2020, mas “os CTT tiveram muito recentemente uma alteração significativa da administração e orientação” e só depois haverá “um quadro de avaliação e de negociação com os acionistas privados, para definir a melhor solução”. Também na TAP, o balanço é “francamente positivo”, apesar de “por vezes com incidentes” — incidentes, leia-se, como a tensão que resultou dos prémios na empresa em ano de prejuízos.

MEDIDAS DE CENTENO CAEM

No programa socialista que se avizinha, há mais “centro” à vista. Como na promessa de apoiar as empresas na revolução digital — mas com formação aos trabalhadores para “ninguém ficar

cutansia, chumbada à risca em 2018, também não terá forma de bandeira eleitoral: “Manter-se-á a liberdade de voto no PS”.

No fim de contas, tudo dependerá do que ditarem os resultados. Por isso, explica Costa ao Expresso, é que há “um programa eleitoral de cada partido e não um comum. Para os portugueses avaliarem as vantagens e inconvenientes de haver maiorias ou não haver e o nível de compromisso que é estabelecido”. Como quem diz: agora, escolha; depois se decide: “Não havendo soluções de maioria, tem que haver compromissos”.